

OS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA EUROPA – UMA REVISÃO*

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
Vice-Almirante (Ref^h)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
A GUERRA FRIA
O FIM DA GUERRA FRIA
A TRANSFORMAÇÃO DA OTAN
NOTAS

INTRODUÇÃO

O sistema de equilíbrio de poderes, estabelecido na Europa logo após as guerras napoleônicas, na Conferência de Viena (1815), chegou ao fim ao término da Segunda Guerra Mundial: as principais potências européias, com a única exceção da União Soviética, com suas economias arrasadas pela guerra e seus impérios de ultramar em processo acelerado

de decomposição (chegava ao fim a era do imperialismo), perderam a condição de grandes potências. Países derrotados na guerra, como a Alemanha e a Itália, ou vencedores, como a França e o Reino Unido, não tinham condições de, sem auxílio, reerguerem-se das ruínas deixadas pelo conflito.

No continente europeu, a União Soviética aparecia como a única potência de caráter global (superpotência) ou, pelo menos, assim

* N.R.: O presente trabalho é uma atualização e revisão do artigo "Europa: uma Análise Politico-Estratégica", publicado na *Revista Marítima Brasileira (RMB)*, 2º trim. 96, pág. 67 a 80. Foi escrito em fevereiro de 2000.

parecia na época.¹ Ao secular expansionismo russo, antes sob inspiração do pan-eslavismo e agora dos princípios do marxismo-leninismo, só se opunha o poder dos Estados Unidos.

O caráter antagonístico dos sistemas político e econômico das duas superpotências levou-as à disputa pela hegemonia mundial, e nesse contexto a Europa, sem sombra de dúvida, era o prêmio maior.

A GUERRA FRIA

A divisão política da Europa antes da Segunda Guerra Mundial (1936) era a mostrada na figura 1. Quase ao fim da guerra, porém, em 1944 e 1945, a URSS anexou uma série de novos territórios: parte da Lapônia, tirada da Finlândia; os três estados bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia; a Polônia Oriental, rebatizada de Bielorrússia e incorporada à União Soviética (em compensação, a Polônia pôde expandir o seu território para oeste até a linha Oder–Neisse, ficando, pois, com o que era a Prússia Oriental; uma pequena parte desta, porém, com o nome de Kaliningrado, foi anexada à Rússia, embora fisicamente separada dela pelos estados bálticos); a província da Rutênia, da ex-Cecoslováquia, incorporada à Ucrânia (hoje a província pertenceria à Eslováquia); as províncias romenas da Bucóvia, também incorporada à Ucrânia, e da Bessarábia, que com o nome de Moldova (antiga Moldávia) passou a constituir mais um estado da União Soviética.

A figura 2 mostra esta expansão soviética.

Este redesenho geopolítico do leste europeu foi feito para ficar: a única mudança ocorrida até hoje, passados 55 anos, foi a independência dos estados bálticos. Parte significativa da política soviética durante o período da Guerra Fria foi inspirada no desejo da URSS de ver as novas fronteiras reconhecidas pelos Estados Unidos e pela Europa. É fácil compreender que daí poderão resultar futuros problemas, que se intensificarão na

medida em que se enfraqueça a Rússia (apesar da atual crise política e econômica da Rússia, as contestações só não se fizeram maiores – a Romênia tem explicitado a sua insatisfação ainda de maneira comedida – devido ao enorme arsenal nuclear russo).

As anexações não foram, entretanto, os únicos avanços comunistas na Europa. Aproveitando a “ação libertadora” do exército vermelho, os soviéticos colocaram governos comunistas, fiéis a Moscou, nos países que iam sendo libertados do domínio nazista, criando uma zona de influência soviética (ver figura 2): em 45, foi a vez da Polônia; em 46, da Albânia; em 47, da Romênia e da Bulgária; em 48, a Checoslováquia e a Hungria, que haviam resistido às manobras iniciais comunistas, foram vítimas de golpes de estado e ficaram sob governo de líderes submissos à URSS; em 49, é formalizada a divisão da Alemanha, ficando a Alemanha Oriental, que correspondia à zona de ocupação soviética, com o nome de República Democrática Alemã, na esfera de influência soviética; até 1954, houve presença de tropas soviéticas em parte do território austriaco.

Embora os avanços do comunismo não se fizessem apenas na Europa, é fora de dúvida que, por sua importância histórica, econômica, cultural e até mesmo moral, a Europa era o foco principal da disputa entre os dois sistemas.

A doutrina da contenção, ou doutrina Truman, enunciada pelo Presidente Harry Truman, em março de 1947, anunciou o engajamento dos Estados Unidos numa cruzada anticomunista; no que se referia à Europa, a cruzada, mais do que o fortalecimento militar da Europa Ocidental, pretendia criar as condições para a sua recuperação econômica.

O plano Marshall, uma consequência direta da doutrina, foi lançado em julho do mesmo ano, com o propósito de criar as condições para a recuperação econômica da Europa, a



Figura 1

maneira julgada mais eficaz para deter o avanço comunista que, àquela altura, parecia irresistível. Seu êxito foi extraordinário, evitando que países como a França e a Itália, que tinham partidos comunistas poderosos, fossem governados pela esquerda, afastando-se de Washington e aproximando-se de Moscou.²

Em abril de 1949, foi assinada a Carta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujos objetivos, como os do Plano Marshall, eram mais políticos e econômicos do que militares.

A idéia de uma aliança atlântica foi formulada pela primeira vez pelo Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha Ernest Bevin, no início de 48. Para ele, a única forma de impedir o avanço da onda soviética seria organizar e reforçar as forças éticas e espirituais da civilização ocidental.³ Bevin via a ameaça soviética menos em termos militares do que morais: o verdadeiro perigo parecia estar no esgotamento moral e material de uma Europa Ocidental que, a despeito da ajuda do Plano Marshall, ainda parecia vulnerável à infiltração e à propaganda comunistas.⁴

As discussões que se arrastaram por todo o ano de 48 sobre os termos da Carta, com os Estados Unidos e o Canadá opondo-se a que esta impusesse qualquer obrigação militar específica, deixam claro que a ênfase era, de fato, mais política e econômica do que militar.

O verdadeiro espírito que orientou a criação da OTAN reflete-se no artigo II, pelo qual os signatários comprometiam-se a contribuir para o maior desenvolvimento de relações internacionais pacíficas e amigáveis por meio do fortalecimento de suas instituições livres, do estímulo a um melhor entendimento dos princípios sobre os quais tais instituições se baseiam e da promoção de condições de estabilidade e bem-estar. Eles se comprometiam, ainda, a procurar, com empenho, eliminar os conflitos existentes entre suas políticas econômicas e a estimular a colaboração

econômica entre cada um e todos os membros da aliança.⁵

Somente após o golpe de Praga e o bloqueio de Berlim foi incluído no texto definitivo do Tratado o artigo V, pelo qual os países signatários concordavam que qualquer ataque armado contra um ou mais de um dos membros na Europa ou na América do Norte seria considerado um ataque contra todos os membros e que cada participante da Aliança ajudaria a parte ou as partes atacadas, tomando todas as medidas que considerasse cabíveis, incluindo o emprego da força armada, a fim de restaurar e preservar a segurança internacional.⁶

Para os europeus, esse compromisso significava que os Estados Unidos não se omitiriam no caso de uma agressão soviética à Europa Ocidental, ao contrário do que, segundo eles, acontecera na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, que só teriam ocorrido pela falta de um compromisso de envolvimento americano.

Para Stalin, a criação da OTAN não tinha nenhum significado maior e, por essa razão, ele não cuidou, naquela ocasião, de criar uma aliança que se contrapusesse a ela e nem mesmo determinou qualquer aumento significativo nos gastos militares soviéticos.⁷

O monopólio nuclear dos Estados Unidos, que perdurou até setembro de 49, contribuiu para dissuadir a União Soviética de atacar a Europa Ocidental, apesar da esmagadora superioridade soviética em armas convencionais, em especial em carros de combate; foi, porém, o desenvolvimento econômico ocidental que impediu que os partidos comunistas locais pudessem chegar ao poder. Mesmo depois que a URSS desenvolveu armas nucleares e seus vetores, até meados da década de 50 a superioridade americana, especialmente em termos de veículos lançadores, não alterou o quadro estratégico.

O "equilíbrio de terror" que depois se seguiu, com as forças nucleares dos Estados



Figura 2

Unidos e da União Soviética dispendo de uma capacidade mútua de destruição, tornou impensável um conflito global.

Sempre será muito difícil estabelecer a contribuição dos diversos fatores intervenientes (Plano Marshall, OTAN, o soerguimento moral do Ocidente, balanço nuclear, etc.) para a dissuasão, se é que, de fato, ela alguma vez foi necessária.

As elaboradas discussões sobre a guerra nuclear (os dois escorpiões presos na garrafa de Wohlstetter, a teoria da escalada de Herman Kahn, os conceitos de contraforça e contravalor, primeiro e segundo golpes, mútua destruição assegurada – o acrônimo inglês é MAD, louco, etc.) parecem, agora, à distância, um tanto ou quanto fora de qualquer realidade, parte de uma “estratégia do absurdo”.

As diversas concepções estratégicas, que durante o período da Guerra Fria moldaram a política externa dos Estados Unidos, sempre levando em conta a essencialidade da defesa da Europa Ocidental contra o comunismo – a contenção periférica de Truman; a estratégia de retaliação maciça, adotada na administração Eisenhower inspirada por John Foster Dulles; a estratégia de resposta flexível ou controlada, do período Kennedy-MacNamara; a Doutrina Nixon ou da distensão, cujo principal arquiteto foi Henry Kissinger, e que se prolongou até o final da década de 70, estabelecendo o pluralismo ideológico; o fim da distensão, consequência do recrudescimento do nacionalismo nos oito anos da administração Reagan (década de 80), que acarretou uma renovação da corrida armamentista, em especial com o projeto Guerra nas Estrelas – ora levaram os Estados Unidos a darem ênfase às armas nucleares, ora às armas convencionais; ora a adotarem uma política mais rígida para conter o comunismo, ora mais flexível, de coexistência pacífica, quase chegando à cooperação. Se algumas vezes a iniciativa era dos Estados Uni-

dos, com a União Soviética apenas reagindo, outras vezes a iniciativa era soviética e provocava reações dos americanos.

Para o futuro da Europa, dois acontecimentos do período da Guerra Fria iriam mostrar-se de grande importância: primeiro, a criação da OTAN e seus desdobramentos; segundo, os esforços de integração europeia, da qual uma etapa significativa foi a assinatura do Tratado de Roma, em março de 1957, que, junto com instituições já então existentes – a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) –, tinha o objetivo de acelerar a recuperação econômica europeia através dos esforços coordenados de todos os países envolvidos, de modo a criar uma economia de escala capaz de fazer frente ao “desafio americano” no plano econômico.

O FIM DA GUERRA FRIA

A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi o acontecimento mais espetacular do processo de reunificação da Alemanha e tem sido considerada, pela maior parte dos analistas, como o marco que assinalou o fim da Guerra Fria, abrindo caminho para outros eventos significativos para o alívio das tensões daquele período.

Em novembro de 1990, em Paris, dois eventos sucessivos fizeram história. Os 16 países-membro da OTAN⁸ e os seis países que ainda faziam parte do Pacto de Varsóvia⁹ reuniram-se para negociar um acordo para a redução das Forças Convencionais na Europa – FCE ou CFE de “*Conventional Forces in Europe*”.¹⁰

O Tratado FCE, ao estabelecer que cada estado tem o direito de decidir se integra ou não uma aliança militar,¹¹ criou as condições para o fim do imperialismo soviético no leste europeu e pôs uma pá de cal no Pacto de Varsóvia, a adesão ao qual não se fazia livremente, diferentemente do que acontecia com a OTAN, uma associação de países livres.

As palavras de François Mitterand, ao assinar o tratado pela França, traduzem a importância histórica do acontecimento:

"Esta é a primeira vez na história em que nós vivemos uma profunda mudança no território europeu sem uma guerra ou uma revolução sangrenta. Não estamos sentados aqui como vencedores nem como vencidos, mas como países livres, iguais em dignidade".¹²

É incontestável que esta transição pacífica, que teria continuidade com a Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), que discutiremos a seguir, só foi possível porque o líder soviético Mikhail Gorbachev havia compreendido que a União Soviética caminharia para o caos se não fossem feitas reformas profundas: sua economia não podia sustentar a disputa pela hegemonia mundial com os Estados Unidos e a sociedade soviética ressentia-se da falta de liberdade e aspirava por melhores condições de vida, pelo menos comparáveis com as da Europa Ocidental. Com coragem e determinação, ele deu início à reestruturação do sistema soviético, emperrado e incapaz de promover o desenvolvimento (a "perestroika"), ao mesmo tempo que punha em marcha a abertura política (a "glasnost").¹³ Ele só não compreendeu que uma vez iniciado o processo ele se tornaria incontrolável, e acabaria com a sua carreira política e com a URSS.

Após a assinatura do FCE, vieram juntar-se aos países-membros dos dois pactos militares os representantes de todos os demais países europeus,¹⁴ dando início a mais uma CSCE.¹⁵

A CSCE 1990 produziu o documento que ficou conhecido como a Carta de Paris. A Carta vai além da preocupação da Ata de Helsinque (ver nota 15) com os direitos humanos, pois considera como objetivo básico dos países signatários a adoção da democracia pluralista como sistema de governo e da economia de mercado como instrumento indispensável para o pleno desenvolvimento

econômico. A Carta de Paris complementa, pois, o Tratado FCE, cobrindo os aspectos políticos e econômicos.¹⁶

As declarações entusiásticas dos principais dirigentes europeus ao fim da conferência prometiam ao mundo uma nova era de paz e de contínua prosperidade, com base no aperfeiçoamento da cooperação internacional. Entretanto, no mesmo instante em que se faziam esses prognósticos, as forças navais e aéreas dos Estados Unidos e aliados, em resposta à ocupação do Kuwait pelo Iraque, impunham a este rigoroso bloqueio naval e interdição aérea, ao mesmo tempo em que eram agrupados na região homens e equipamentos que, pouco mais tarde, esmagariam o Iraque, impondo-lhe uma paz que, hoje, transcorridos nove anos, ainda justifica sanções de toda ordem contra o país, as quais penalizam o povo mais do que o governo iraquiano.¹⁷

As conseqüências do fim da guerra fria para a Europa logo se tornariam evidentes.

Em agosto de 1991, antes mesmo da desintegração da União Soviética, o Presidente Bush anunciou a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos¹⁸, que reflete o novo cenário político-estratégico resultante do fim da Guerra Fria e da esmagadora vitória da coligação liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque.

Conforme veremos, em função desta Estratégia a OTAN irá mudar, o que afetará os problemas de segurança da Europa de maneira significativa.

Embora reconhecendo que a União Soviética representa ainda uma ameaça aos Estados Unidos, devido ao seu imenso arsenal nuclear, a nova Estratégia inova quando identifica que "o tráfico internacional de drogas é a maior ameaça à segurança nacional" americana, quando reconhece que "a tensão resultante dos desafios ambientais já está contribuindo para conflitos políticos" e que "as migrações estão atingindo escala sem precedentes, trazendo enorme quantidade de desafios sociais, eco-

nômicos, políticos e morais para as nações do mundo". A nova Estratégia ressalta, ainda, que será imprescindível combater a proliferação das armas de destruição em massa e da tecnologia de mísseis, estabelecendo-se um rigoroso controle das exportações para evitar que essas tecnologias possam ser transferidas para "países não confiáveis".¹⁹

O terrorismo, não mencionado na Estratégia, logo ocuparia um lugar de destaque no rol das preocupações norte-americanas.²⁰

No que concerne especificamente à Europa, os Estados Unidos reconhecem que a eliminação da ameaça soviética afetará todo o seu sistema de alianças, muito especialmente sua relação com a Europa: como esta era considerada, durante todo o período de Guerra Fria, o mais provável objetivo da URSS no caso de um conflito, é natural que, ao diminuírem os receios com a segurança – que foi a principal motivação para que a Europa aceitasse a hegemonia americana – venham à superfície as diferenças de interesses e de visão entre os Estados Unidos e as nações européias.

A nova Estratégia representou uma verdadeira revolução no que diz respeito ao emprego do poder militar dos Estados Unidos e, ainda hoje, é a síntese do pensamento estratégico americano.²¹

A tentativa de Gorbachev de manter a unidade da União Soviética, propondo um novo Tratado da União que viesse substituir o de 1922, dando mais autonomia aos países participantes, fracassou, levando à desagregação do "império russo" em 1991, o que deu lugar à Comunidade dos Estados Independentes (CEI) – "Commonwealth of Independent States (CIS)" – um fraco substituto para a URSS. A recusa dos estados bálticos em se integrarem à CEI prevaleceu, apesar das pressões da Federação Russa em contrário. Há, conforme veremos, fortes razões para os estados bálticos temerem a Rússia (ver nota 23).

A figura 3 mostra os estados que compunham a URSS e que agora, com a exceção da Estônia, Letônia e Lituânia, fazem parte da CEI. Também aqui, os problemas étnicos estão causando muitos e graves conflitos: o Afeganistão muçulmano confronta-se com a Armênia cristã na disputa do enclave de Nagorno-Karabach, hoje no Afeganistão mas com população majoritariamente armênia; a etnia russa da Moldova (13%) quer criar o Estado do Dnieper, que se agregaria à Federação Russa, mas a maioria da população, de origem romena (64,5%) quer que o país volte a ser uma província romena, de onde foi separado à força em 1945; a Ucrânia divide-se entre uma região leste russificada (21% da população é de etnia russa) e uma a oeste, radicalmente anti-russa (72,6% da população é de etnia ucraniana, além da presença de rutenos e romenos das províncias anexadas) e há, além disso, pendências com a Rússia relativamente à Criméia²²; na Geórgia, a província da Ossétia do Sul pretende juntar-se à Ossétia do Norte, que faz parte da Federação Russa, e com ela formar uma Ossétia independente e muçulmana, e, também, a Abcázia luta para ter a sua autonomia consolidada; na Bielorrússia, há duas correntes em oposição, uma favorável à unificação com a Rússia (que, atualmente, parece ser a dominante) e outra totalmente contrária a isso.

A falta de unidade étnica, cultural e religiosa nesses países, bastante agravada pelo programa de "russificação" da União Soviética, posto em execução por Stalin para consolidar a União – migração, orientada pelo estado, dos russos para os países-membros da União Soviética – torna o sistema muito instável.²³ Dentro da própria Federação Russa, também ela um conglomerado de etnias e culturas diferentes, existem muitos problemas (Ossétia do Norte, Chechênia, etc.).

A Iugoslávia de Josip Broz Tito, uma federação multiétnica, constituída por seis repúblicas – Sérvia, Croácia, Eslovênia,

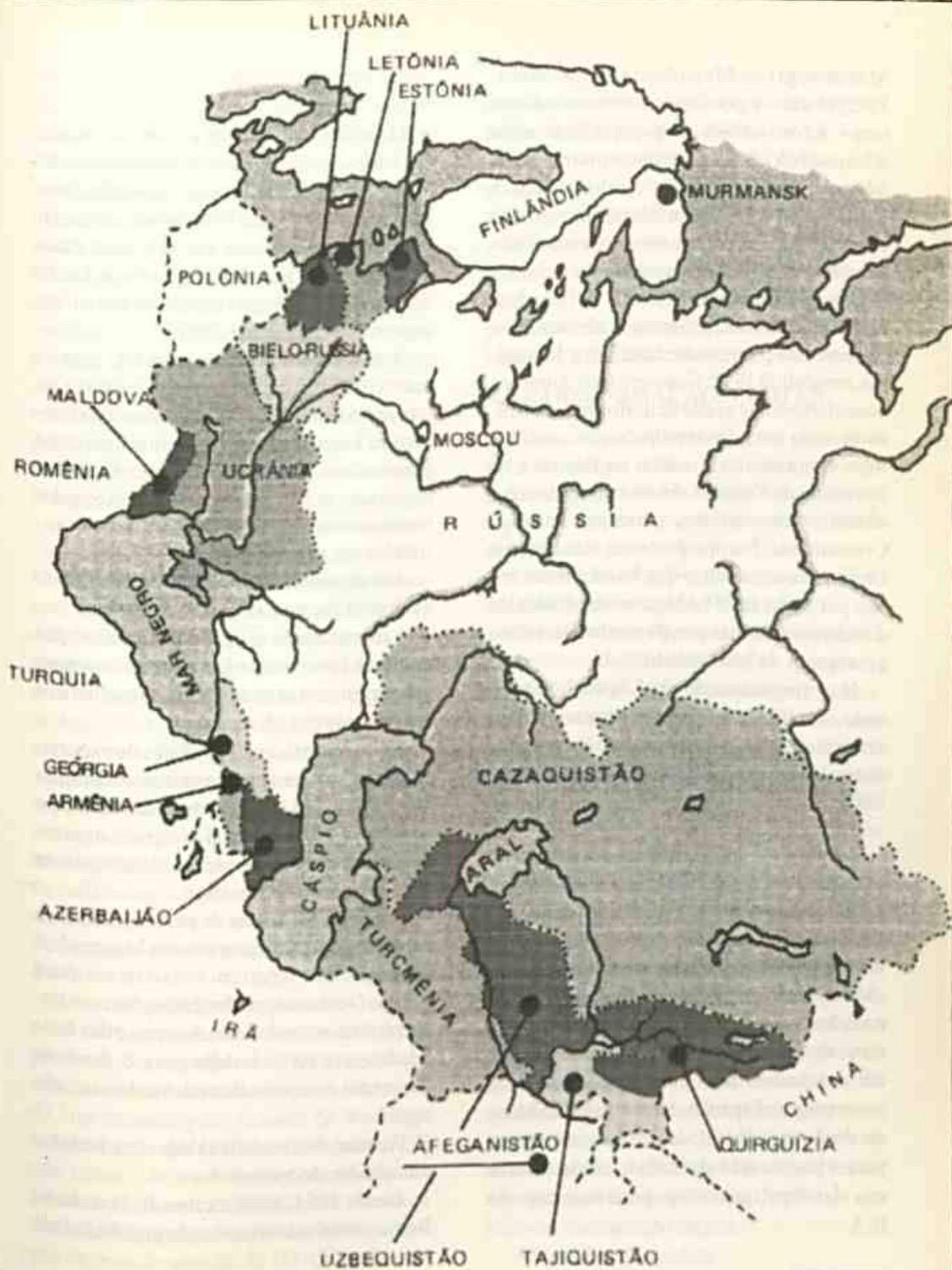


Figura 3

Montenegro, Macedônia e Bósnia-Erzegóvina – e por duas províncias autônomas – Kosovo (84% da população de etnia albanesa) e Vojvodina, ambas no território da Sérvia – desintegrou-se*: a Eslovênia, a Croácia, a Macedônia e a Bósnia-Erzegóvina conseguiram o reconhecimento de suas independências pela Comunidade Econômica Européia (CEE) em dezembro de 1991; as duas repúblicas restantes, Sérvia e Montenegro, reuniram-se para fundar uma nova Iugoslávia, em abril de 1992. Como era fácil de prever, considerando-se a falta de uniformidade étnica de cada uma das repúblicas, os conflitos logo surgiram, na Croácia, na Bósnia e na província de Kosovo. As tentativas de solucionar esses conflitos, tanto por parte da Comunidade Européia como das Nações Unidas, fracassaram, o que levou à intervenção por parte da OTAN, com resultados de difícil avaliação mas que, de imediato, levaram à cessação da luta armada.

Já a fragmentação da Checoslováquia, onde conviviam duas etnias, de que resultou a criação da República Checa e da Eslováquia, deu-se de forma pacífica, a 1º de janeiro de 1993.

Há na Europa diversos outros problemas que afetam a segurança da região, como, por exemplo, os entre a Albânia e a Iugoslávia, entre a Macedônia e a Grécia (questão de símbolos e etimologia), entre a Hungria e a Romênia (a Transilvânia romena tem população majoritariamente magiar), entre a Hungria e a Eslováquia, entre a Grécia e a Turquia (em torno de Chipre), e assim por diante. A questão dos bascos tem sido causa de atos de terrorismo na Espanha, e o problema da Irlanda do Norte, apesar dos esforços recentes para a pacificação definitiva, ainda esbarra nos detalhes quanto ao desarmamento do IRA.

O fim da Guerra Fria representou um estímulo à integração européia. A assinatura em Maastrich, Países Baixos, do Tratado da União e do Tratado da União Econômica e Monetária, por representantes dos 12 países então membros da CEE, transformou esta em União Européia (UE). Os dois tratados entraram em vigor a 1º de janeiro de 1993.²⁴

A associação dos países da UE com os países da Associação Européia de Livre Comércio (AELC)²⁵, para formar uma Zona Econômica Européia (ZEE), constitui uma etapa preparatória para que os países da AELC ingressem na UE, desde que aceitem e paulatinamente implementem os dois tratados assinados em Maastrich.

Já a admissão dos países do leste europeu à UE envolve uma série de dificuldades:

- encontram-se eles numa difícil transição política e econômica e levará um certo tempo até que atinjam as metas políticas e os índices econômicos exigidos pela UE;

- os seus principais produtos de exportação são os que têm gerado os maiores problemas dentro da União (têxteis, carvão, aço e produtos agrícolas), de modo que o ingresso deles tornará mais complexa a solução para as dificuldades já existentes;

- a livre circulação de pessoas dentro da comunidade, como previsto em Maastrich, é um empecilho, tendo em vista o receio que a Europa Ocidental tem das migrações crescentes provenientes do leste europeu e das facilidades que serão criadas para o fluxo de terroristas e narcotraficantes vindos daquela região.

Apesar dessas dificuldades, os pedidos de adesão são muitos.²⁶

Desde 1954, antes mesmo do Tratado de Roma, existe uma organização cuja finalidade

* NR.: Ver também *Conflito nos Balcãs – A participação do Brasil, sob a égide da ONU, na Força de Proteção da ex-Iugoslávia (UNPROFOR)* na Revista Marítima Brasileira, 4º trim./1996 – pag. 202 a 229.

é elaborar e implementar as decisões e ações da Europa que tenham implicações com a defesa: trata-se da União da Europa Ocidental – UEO (“Western European Union – WEU”), criada naquele ano por um Protocolo ao Tratado de Bruxelas de 1948 sobre Colaboração Econômica Social e Cultural e Autodefesa Coletiva entre os Estados da Europa Ocidental.^{27, 28} Na atualidade, a UEO faz parte da estrutura da União Européia. Desde cedo, portanto, existe o germe do desejo europeu de uma maior independência em relação aos Estados Unidos e à OTAN na área militar. Contudo, há uma clara divisão entre os países-membros da UEO quanto ao grau desta independência.²⁹

O Tratado de Maastrich prevê o estabelecimento de uma estrutura militar para a UE. Uma maneira que parece lógica de implementar essa decisão seria através da transformação da UEO numa organização com uma estrutura militar própria, semelhante à da OTAN, mas sem os Estados Unidos, capaz de responder às ameaças à segurança da Europa fora da área de atuação da OTAN. Pelo menos por algum tempo a idéia prevaleceu, alguns países-membros estabelecendo forças multinacionais no âmbito da UEO – como o Eurocorpo, envolvendo a Alemanha e a França e a brigada anfíbia anglo-holandesa – apesar da oposição de alguns países que se opõem à criação de qualquer estrutura militar no âmbito da UE.³⁰

Um dos principais argumentos usados pelos defensores de uma força militar independente, desvinculada da OTAN, é o de que esta, institucionalmente, não pode atuar fora da área definida pelo Tratado de Washington, limitação que as forças vinculadas à UE não teriam. As transformações pelas quais passa no momento a OTAN estão tirando a força deste argumento, isto devido à expansão da área de atuação da OTAN (primeiro para incluir toda a Europa e, no futuro, talvez o mundo inteiro).

Não se pode, porém, ignorar os aspectos econômicos dessa questão: de 1988 a 1992 os países da UE gastaram apenas de 3 a 4 por cento de seus orçamentos de defesa para comprar dentro da Comunidade; no mesmo período, importaram dos Estados Unidos US\$ 18 bilhões em armas convencionais e exportaram para lá irrisórios US\$ 1,7 bilhão, com a conseqüente perda, nesse mesmo período, de 600 mil empregos na indústria militar (de um total de 1,6 milhão de empregos existentes).³¹

A TRANSFORMAÇÃO DA OTAN

Com o fim da guerra fria, foi possível à OTAN realizar cortes profundos nas suas forças convencionais e reduzir significativamente o seu estoque de armas nucleares estacionadas na Europa.

O fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, abriu o debate sobre o destino da OTAN.

Três diferentes opiniões logo dividiram os analistas ocidentais. Uma delas, que punha ênfase no artigo V do Tratado da Organização, apontava a extinção da OTAN como lógica, já que a ameaça externa representada pela União Soviética tinha desaparecido (evidentemente a União Soviética, e mais tarde a República Russa, apoiava este ponto de vista); outra, totalmente oposta, punha ênfase no artigo II do Tratado, e considerava a OTAN como o elemento-chave de uma nova estrutura de segurança européia que englobaria os aspectos políticos, econômicos e sociais mais do que os militares, sendo, pois, absolutamente necessário que ela se expandisse para o leste, com o propósito de aumentar a área de estabilidade na Europa, limitada até então apenas à Europa Ocidental; a terceira opinião era de que o destino da OTAN dependeria da maneira como ela iria resolver os problemas de segurança dali por diante e do grau de seu êxito na manutenção da paz.³²

A decisão não tardou.

Em novembro de 1991, na reunião de cúpula da OTAN, em Roma, foi formulado um novo

conceito estratégico para a Organização, em perfeita consonância com a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos e pondo a ênfase no artigo II do Tratado:

- a área de atuação da Aliança seria todo o continente europeu e não mais a área coberta pelos estados-membros (esta mudança permitiu a intervenção na Bósnia e em Kosovo);

- as ameaças à estabilidade seriam definidas não apenas em termos militares; a OTAN deveria estar preparada para intervir em disputas territoriais, rivalidades étnicas e problemas políticos e econômicos de toda ordem (é difícil imaginar um mandato mais amplo; na verdade, a OTAN assumia, em nome dos Estados Unidos, o papel de xerife da Europa);

- os objetivos tradicionais – defesa coletiva e manutenção do equilíbrio de poder na Europa – teriam a mais baixa prioridade no rol das preocupações da OTAN.³³

O conflito na Bósnia-Erzegovina, em 1992, serviu para testar o desempenho da OTAN nas suas novas atribuições. O fracasso da UE e das forças de paz da ONU levou à intervenção da OTAN; esta, em 1995, conseguiu que as partes envolvidas no conflito assinassem o Acordo de Dayton, que pôs fim à luta interna; entretanto, como o país continua dividido em duas áreas, uma sob a influência de muçulmanos e croata-bósnios e outra sob a influência de servo-bósnios, debaixo de um governo central fraco, é muito possível que, quando as forças da OTAN se retirem, o conflito recomece com a antiga violência.³⁴

Enquanto procurava solucionar o conflito bósnio, a OTAN buscou novos vínculos com os países do centro e do leste europeu: em janeiro de 1994, assinou com muitas nações européias, que não faziam parte da Organização, muito especialmente com as que tinham integrado a ex-União Soviética, os acordos conhecidos como Parceria para a Paz (PPP) – “Partnership for Peace” (PFP) – com o objetivo de atuar nas áreas econômica, política e social,

tendo em vista contribuir para a democratização, a estabilização, a segurança e o desenvolvimento da Europa do Centro e do Leste.³⁵

A PPP deveria atuar junto com o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) – “North Atlantic Cooperation Council” (NACC)³⁶ – e com os estados-membros da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)³⁷, antiga CSCE, nas áreas de planejamento, orçamento e treinamento militar.

Estava claro, porém, que a PPP era apenas um estágio preliminar e que o verdadeiro objetivo da OTAN seria a sua expansão efetiva para o leste, com a adesão à organização dos países antes ligados à URSS.

Em setembro de 95, a OTAN definiu as condições em que a expansão ocorreria.³⁸ Em síntese, não haverá critérios fixos ou rígidos para a admissão, que será decidida caso a caso, sem que nenhum país não-pertencente à Aliança possa vetar ou influenciar o processo; os novos admitidos terão todos os direitos e obrigações dos antigos e terão de se conformar com os princípios, políticas e procedimentos seguidos pela Aliança à época de sua adesão. A expansão da OTAN não significará o esvaziamento do CCAN ou da PPP; pelo contrário, essas organizações continuarão vitais para manter estreita a cooperação para a segurança da Europa, tanto para os países que estiverem próximos de serem admitidos como para os ainda distantes disso ou que não estejam sequer sendo cogitados para admissão.

A oposição russa era ainda o maior obstáculo. Uma série de ações foi então executada para remoção desta dificuldade.

Em maio de 1997, foi assinado o Ato de Instituição de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a OTAN e a Rússia, com o objetivo de os contratantes “construírem juntos uma paz duradoura e abrangente na área Euro-Atlântica, baseada nos princípios da democracia e da segurança cooperativa”.³⁹

O principal instrumento do Ato de Instituição é o Conselho Combinado Permanente entre a OTAN e a Rússia (CCP) – “Nato-Rússia Permanent Joint Council” (PJC).

Reconhecendo as dificuldades que a Rússia teria para permitir a adesão da Ucrânia à OTAN, face à enorme importância desta para a Rússia, a OTAN procurou uma solução específica para o caso, que ficasse aquém da adesão mas que fosse além da Parceria para a Paz. Em julho de 1997, foi assinada a Carta para uma Relação Diferenciada da Ucrânia com a OTAN, que estabelece uma relação especial entre as duas. Diferentemente do Ato de Instituição, a Carta é um documento de “convergência”. Com a assinatura da Carta, a Ucrânia sentiu-se mais segura e pôde aproximar-se da Rússia de maneira mais construtiva,⁴⁰ um efeito talvez não esperado da assinatura deste documento.

Antes de prosseguir no seu projeto de expansão, a OTAN precisava ainda resolver uma questão muito sensível para a Rússia: a dos estados bálticos. A Rússia, conhecendo a pretensão dos estados bálticos de ingressarem na OTAN (são os que se sentem mais ameaçados por ela), usou todos os meios de pressão – políticos, econômicos e diplomáticos – para demovê-los, chegando mesmo a propor-lhes um tratado de não-agressão em que oferecia garantias unilaterais para a segurança deles, bem como um tratado mais amplo, que envolveria todos os países do Báltico (recusado por eles pois não viam nenhuma razão que justificasse um tratamento especial por parte da Rússia).

O fracasso da Rússia levou os Estados Unidos (e não a OTAN) a assinar, em janeiro de 1998, a Carta de Parceria que, embora mantendo abertas as portas para um eventual ingresso futuro desses países na OTAN, não assume nenhum compromisso mais específico nesse sentido, tornando assim o documento aceitável para a Rússia.⁴¹

A 13 de maio de 1998, na comemoração do 50º aniversário do levantamento do bloqueio de Berlim, o presidente Bill Clinton anunciou, num discurso feito naquela cidade, as prioridades da política dos Estados Unidos em relação à Europa:

“Nós procuramos uma parceria que seja ampla e aberta em seus objetivos, onde os benefícios e os encargos sejam compartilhados; procuramos um futuro estável e pacífico não apenas para nós, mas para todo mundo.

“Em primeiro lugar, vejamos a nossa segurança comum, da qual a OTAN é o alicerce...

“A OTAN de ontem guardava nossas fronteiras contra uma invasão militar direta. A Aliança de amanhã deve continuar a defender as nossas fronteiras agora ampliadas e deve se opor a ameaças contra a nossa segurança que, agora, têm origem fora dessas fronteiras – a proliferação das armas de destruição em massa, a violência étnica, o conflito regional...

“Segundo, nós devemos fazer mais para promover a prosperidade em toda nossa comunidade... A América continuará a apoiar a marcha da Europa no caminho da integração... Nós continuaremos a encorajar os passos de vocês para também aumentar a UE, eventualmente para que ela venha abranger toda a Europa Central e a Turquia.

“Nossa terceira tarefa é fortalecer o braço e estender o alcance da democracia...

“Nossa quarta e última tarefa é reforçar nossa cooperação global.” [trad. nossa]⁴²

A campanha de convencimento prosseguiu com o pronunciamento da Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, em dezembro do mesmo ano, numa reunião do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN), em Bruxelas, quando ela sintetizou o ponto de vista do seu país relativamente à transformação da OTAN:

“– a Aliança deverá ser reforçada com a adesão de novos membros que deverão ser “capazes de participar da defesa coletiva; de assumir o compromisso de

enfrentar uma grande variedade de ameaças aos nossos interesses e valores compartilhados; e de agir em parceria com outros para assegurar estabilidade, liberdade e paz em toda a área transatlântica”;

— no período da Guerra Fria, os membros da OTAN podiam facilmente identificar “uma ameaça a nosso território e à nossa segurança, como previsto no artigo V”. As ameaças presentes e futuras, entretanto, podem vir “de muitas partes diferentes, inclusive de regiões além das fronteiras da OTAN”. Existe a possibilidade de “um ataque, desfechado por um estado marginal, com míssil balístico portando uma arma de destruição em massa”. Noutras palavras, acontecimentos “fora da área” — os que têm origem além das fronteiras da OTAN — podem afetar os interesses vitais da Organização;

— a tarefa-chave é achar “o equilíbrio adequado entre duas considerações: a de que as missões de defesa coletiva previstas no artigo V são vitais e a de que as tarefas fundamentais da Aliança estão intimamente relacionadas com a mais ampla defesa de nossos interesses comuns”.⁴³

Finalmente o caminho estava preparado para o passo seguinte: admitir novos membros, selecionados entre os países antes sob domínio soviético, apesar da forte oposição da Rússia, oposição que, cada vez mais, parece dirigida especialmente ao público interno.

Em 1998, a Hungria, a Polônia e a República Checa foram admitidas como membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Não se pode considerar ainda que a polêmica sobre os destinos da OTAN esteja encerrada. Alguns, como Michael E. Brown,⁴⁴ querem que a OTAN se limite ao papel de dar a garantia estratégica de modo a assegurar a paz na Europa, deixando que a UE se volte para o desenvolvimento das instituições democráticas e do estado de direito, para a proteção das minorias, para a resolução paci-

fica dos conflitos e ampliação dos vínculos entre os países; noutras palavras, a expansão da UE é que deveria ser estimulada; outros, como Robert E. Hunter,⁴⁵ querem a OTAN — ainda que, no momento limitada ao teatro europeu, e muito cautelosa quanto à admissão de novos membros — atuante em todos os conflitos europeus e agindo para que o processo de expansão avance de forma firme e constante.

A possibilidade da expansão da área de atuação da OTAN “*out-of-Europe*” — a tese dos chamados “globalistas” — ganha adeptos dentro da OTAN. Para os Estados Unidos, se as forças da OTAN não forem empregadas em qualquer área do mundo onde os interesses do Ocidente estejam ameaçados, a OTAN terá a sua credibilidade abalada já que demonstrará não ter vontade política de usar o seu poder militar no ponto e no momento em que ele é mais necessário.

As transformações por que vem passando a OTAN não desviaram a UE da sua intenção de, como determinado no Tratado de Maastrich, desenvolver uma força militar autônoma, isto é, desvinculada da OTAN e sem presença dos Estados Unidos.

Em dezembro de 1999, os líderes da UE, em reunião realizada em Helsinque, tomaram a decisão política de promover a criação de uma força militar europeia até 2003. Certamente o fracasso da UE em resolver os problemas nos Balcãs, em especial em Kosovo, contribuíram para essa tomada de posição.

Na reunião dos ministros da defesa dos países integrantes da UE, realizada em Sintra, Portugal, em fevereiro de 2000, foi estabelecido um calendário para a criação da Força de Reação Rápida Europeia dentro do prazo preestabelecido. Esta força deverá reunir cerca de 60 mil homens e deverá estar apta a intervir em missões de vigilância, de manutenção da paz ou humanitárias.

Na próxima reunião dos ministros de defesa, programada para dezembro de 2000, serão

definidas as contribuições de cada país participante no que se refere a recursos financeiros, homens e equipamentos.⁴⁶

Aparentemente, a UEO continuará com suas atuais funções mais ligadas ao planejamento.

Caso prevaleça a tese "globalista", ficará difícil identificar quando e em que circunstâncias será aplicada a Força de Reação Rápida Européia, já que a expressão "out-of-area" perderia todo significado no que se refere à OTAN.

A figura 4 mostra toda a complexidade das relações dos países da Europa entre si e com os Estados Unidos, mostrando como as diversas parcerias, representadas pelos organismos multilaterais existentes relativos à segurança euro-atlântica, se entrelaçam. Delineiam-se claramente os esforços europeus para a sua integração mas, também, a ação coordenada dos Estados Unidos para a manutenção de sua hegemonia.

A intervenção da OTAN em Kosovo abriu um precedente perigoso, já que ela se fez sem que o Conselho de Segurança das Nações Unidas fosse consultado, o que vai frontalmente contra o que determina a Carta das Nações Unidas.

O receio de uma mobilização civil, como a que ocorreu durante a Guerra do Vietnã, está levando os americanos a uma reformulação operacional que permita a "vitória sem perdas de vidas" (americanas, naturalmente). Ao evitar ou reduzir ao mínimo as operações terrestres, usando para isso o bombardeio aéreo de saturação do território inimigo, sem muita discriminação de alvos, como aconteceu de certa forma na Guerra do Golfo e de maneira absoluta em Kosovo, tem sido possível reduzir as baixas dos atacantes a valores insignificantes, mas à custa de danos consideráveis e muitas perdas de vida entre combatentes e não-combatentes do outro lado. O argumento de que as "armas inteligentes" tornam o ataque de precisão cirúrgica, dirigido

do exclusivamente contra alvos de valor militar, não tem se mostrado verdadeiro na prática. Kosovo é um bom exemplo.

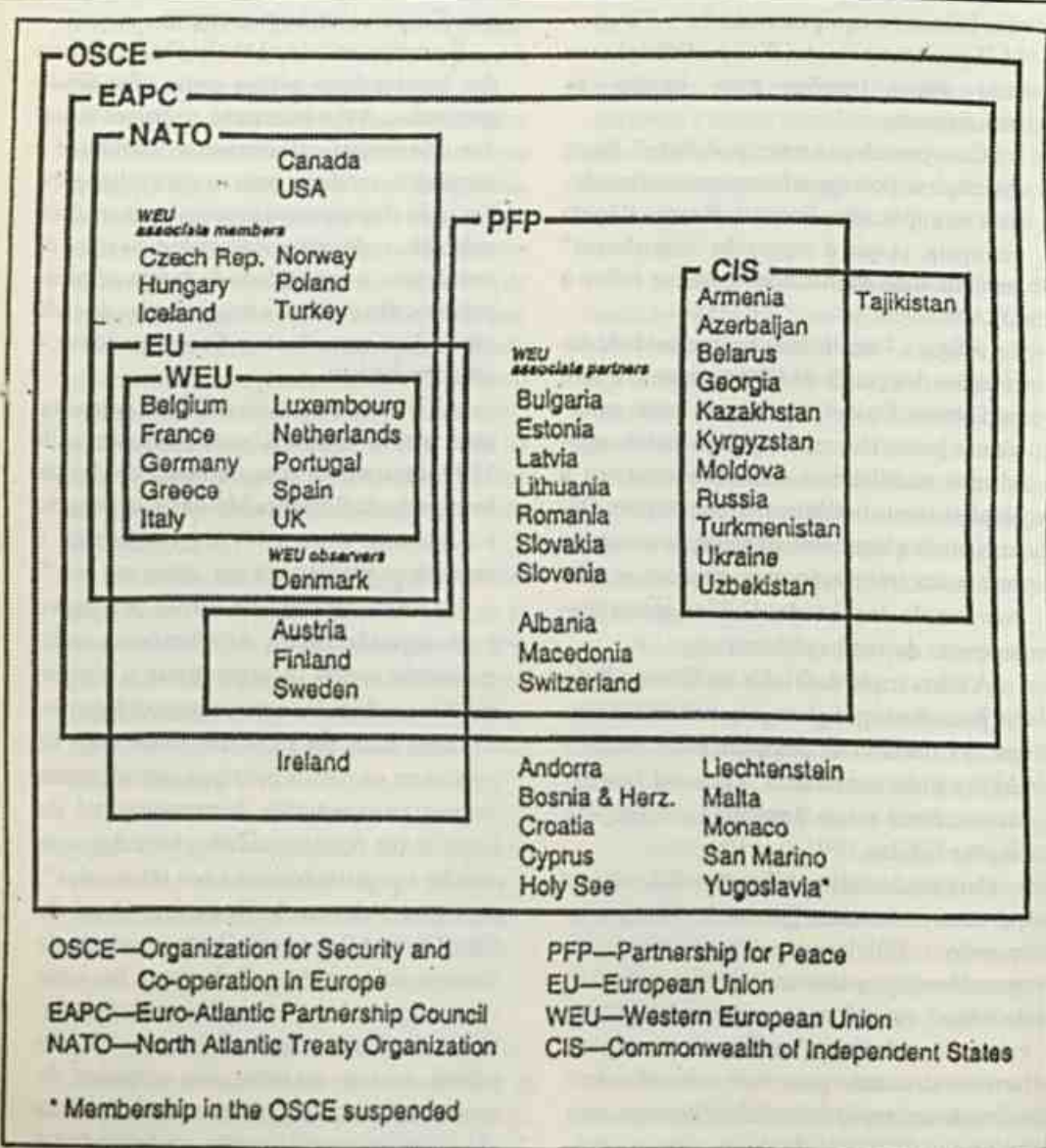
É preciso cautela na avaliação da eficácia dos bombardeios aéreos como vêm sendo praticados. Até o momento, os países atacados têm muitas características comuns e é necessário cuidado com as generalizações. Em cada situação será preciso levar em consideração o diferencial tecnológico entre os envolvidos, a capacidade de defesa aérea do país atacado e outras circunstâncias que são específicas em cada caso. Se assim não for, o erro é inevitável.

As críticas da Rússia à OTAN pelos ataques aéreos contra Kosovo, em março de 1999, levaram ao congelamento do Ato de Instituição de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a OTAN e a Rússia; o impasse se prolongaria por quase um ano.⁴⁷

Os russos aprenderam a lição de Kosovo e na segunda guerra da Chechênia estão utilizando contra os separatistas o mesmo método usado pelos americanos em Kosovo.

Desta feita, foi a vez dos americanos de criticarem os russos pelo que consideraram "o uso enormemente desproporcional de força" e "os poucos cuidados tomados com relação à população civil e aos refugiados", conforme palavras do Secretário-Geral da Otan George Robertson. Após a tomada de Grozny pelos russos, Robertson fez uma visita ao presidente em exercício da Rússia, Vladimir Putin, dando início ao degelo (afinal, ambos os lados são culpados do mesmo crime e os protestos diplomáticos são dirigidos especialmente aos respectivos públicos internos).⁴⁸

A intervenção em Kosovo põe em dúvida a validade das intervenções ditas humanitárias; os perseguidos antes da intervenção passaram, depois dela, a ser os carrascos, as vítimas transformaram-se em algozes. A manutenção da atual estratégia da OTAN vai gerar novas situações do gênero.



The overlapping membership of multilateral Euro-Atlantic security organizations, as of 1 April 1999

Figura 4

Há um problema ético de difícil solução: não impedir o massacre de uma minoria parece ser um erro, mas a intervenção não só tem causado muitas vítimas inocentes – Ruanda e Somália são outros bons exemplos – como o problema que justificou a intervenção não é resolvido e, não raro, a situação pós-intervenção não é melhor que a anterior, às vezes até se agrava. Há ainda uma outra dúvida: a quem cabe tomar a decisão de intervir ou não intervir? Como a Rússia e a China têm o direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a OTAN já fez saber que não considera a consulta ao Conselho um procedimento indispensável para decidir sobre uma intervenção.

Certamente os termos do problema estão mal colocados e é necessário encontrar novos termos, de modo a que a questão não se limite a intervir ou não intervir. Negociação é um termo que não pode faltar nessa equação, com todas as suas nuances, podendo envolver pressões políticas, econômicas e diplomáticas. Intervenções como a de Kosovo e da Chechênia podem se mostrar eficazes a curto prazo mas é difícil dizer o que o futuro trará. Qualquer que seja a resposta, não há nenhuma dúvida de que o procedimento atual dos Estados Unidos e da Rússia não é correto.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>/Estratégia/Política; Segurança; Estratégia para a Europa; Europa;

O poder de um Estado soberano é a capacidade que este tem de submeter os demais à sua vontade (por meios violentos ou não), visando à preservação de seus interesses e objetivos.

Eduardo Ítalo Pesce
(Monitor Mercantil de 23/2/00)

NOTAS

1. Para Zbigniew Brzezinski, a URSS nunca foi uma superpotência global; em face dos problemas de sua economia ela era apenas uma superpotência militar. Ver "Estados Unidos se tornaram a única superpotência", Zbigniew Brzezinski, in *A Nova Desordem Mundial (NDM)*, vol. 1, anexo à *Folha do Estado de São Paulo*, de 19/12/90.
2. O Plano Marshall foi oferecido também aos países comunistas, o que foi recusado por Moscou. Ver George Keenan, *At a Century's Ending – Reflections 1982-1995*, W.W. Norton Company, New York/London, 1996, 352 p.
Na mesma obra fica caracterizado o caráter mais econômico do que militar da doutrina de contenção, inspirada no artigo de Keenan *The Sources of Soviet Conduct*.
3. Citado por Michael Howard, *Casamento bem-sucedido*, in *Foreign Affairs*, ed. brasileira, nº 32, maio de 1999, p. 49, anexo à *Gazeta Mercantil* de 14/05/99.
4. *Ibidem*
5. *Ibidem*
6. *Ibidem*
7. *A OTAN venceu a Guerra Fria?*, Vojtech Mastny, in *Foreign Affairs*, ed. brasileira, nº 32, maio de 1999, p. 9-15. O Pacto de Varsóvia – *Warsaw Treaty Organization (WTO)* – só foi estabelecido em 1955 pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua; foi dissolvido em 1991.
8. Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Canadá, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Itália, Turquia, Grécia, Portugal, Espanha, Bélgica, Noruega, Islândia e Luxemburgo.
9. União Soviética, Hungria, Polônia, Romênia, Checoslováquia e Bulgária. Após a reunificação alemã, a República Democrática da Alemanha retirou-se do Pacto; desde 1968, a Albânia havia se afastado, ficando neutra em relação aos dois blocos.
10. As reduções acordadas nessa reunião até o momento não foram implementadas. As transformações políticas por que passou a Europa dão margem a uma multiplicidade de diferentes interpretações do acordo.
11. Os signatários do Tratado inter alia assumiram uma série de posições, além do compromisso de reduzir os seus sistemas de armas convencionais:
 - declaram que já não são adversários e que estabelecerão novas relações de colaboração e amizade;
 - reiteram suas obrigações relativas à Carta das Nações Unidas e reafirmam seus compromissos com a Ata Final de Helsinque (só usar as armas em caso de legítima defesa ou nos termos estabelecidos na Carta);
 - reconhecem que a segurança de cada um dos países participantes do acordo está intimamente ligada à dos demais países-membros;
 - comprometem-se a manter somente as instalações militares necessárias para evitar a guerra e garantir uma defesa eficaz, aceitando a imposição de um limite máximo por zona;
 - reafirmam que cada estado tem o direito de decidir se integra ou não uma aliança militar;
 - concordam em intensificar os contatos políticos e militares entre si, com o propósito de promover a mútua compreensão e confiança;
 - declaram sua determinação de contribuir ativamente para os acordos de controle e desarmamento no âmbito das armas convencionais, nucleares e químicas;
 - saúdam a contribuição que as medidas adotadas possam dar à distensão leste-oeste e apoiam toda iniciativa nesse sentido;
 - comprometem-se a reforçar o processo da Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) para que a segurança e a cooperação na Europa aumentem (ver nota 15);
 - manifestam a sua convicção de que este acordo reflete os desejos de seus povos de estreitamento da cooperação e do entendimento recíproco. Ver *Tratado reduz arsenais e abre nova era na Europa*, *Jornal do Brasil*, de 20/11/90.

12. Ibidem

13. Mikhail Gorbachev, *Perestroika – Novas Idéias para o meu País e o Mundo*, ed. Best Seller, São Paulo, 1987, 300 p.

14. A Albânia, embora não sendo membro da Conferência, participou da reunião como observadora. Os estados bálticos, embora convidados pela França, tiveram sua presença vetada pela URSS, que se recusava a reconhecer a independência deles. Ver *URSS veta presença dos países bálticos*, *O Globo*, de 20/11/90.

15. A ideia de uma Conferência para Segurança e Cooperação na Europa foi sugerida em 1954 pela União Soviética, que procurava o reconhecimento europeu para as fronteiras criadas após a Segunda Guerra Mundial. No final da década de 60, a Finlândia ofereceu-se para sediar uma conferência que, além de reunir os 33 países europeus, admitisse também os Estados Unidos e o Canadá; o propósito da conferência seria o de aumentar a segurança no continente e incrementar a colaboração entre os países.

Após uma série de reuniões preparatórias, em agosto de 1975 os 35 países firmaram a Ata Final de Helsinque, que continha deliberações sobre segurança, cooperação nas áreas econômica e científica, cooperação em matéria de direitos humanos e regras para prosseguimento do diálogo. Para muitos analistas, a reunião foi uma importante vitória para a URSS que, em troca de vagas declarações sobre o respeito aos direitos humanos, na própria União Soviética e nos países-satélites do leste europeu, conseguiu a aceitação tácita das fronteiras da Segunda Guerra Mundial.

As divergências sobre a questão dos direitos humanos esvaziou as subseqüentes conferências, antes da de Paris (1990).

16. A Carta de Paris está dividida em três partes: uma nova era de democracia, paz e unidade; orientação para o futuro; e novas instituições no processo da CSCE.

Na primeira parte, o documento anuncia o início de uma nova era em que deverão ser respeitados “os direitos humanos e as liberdades fundamentais”, cuja proteção e promoção são da responsabilidade dos governos. É enfatizada a essencialidade da economia de mercado para assegurar “um crescimento econômico duradouro, um aumento de emprego e da utilização racional dos recursos econômicos”. A transição da economia da URSS e dos países do leste europeu para a economia de mercado é considerada como uma medida que atende aos interesses europeus.

A segunda parte da Carta trata dos graves problemas que perduram na Europa, mesmo após o término da Guerra Fria. A Carta proclama os direitos das minorias raciais, condena o ódio racial ou étnico e qualquer tipo de discriminação. Os países europeus manifestam a sua disposição de pôr fim ao terrorismo e prometem multiplicar as iniciativas para melhorar o meio ambiente.

Na terceira e última parte são estabelecidos os novos organismos que serão os instrumentos da CSCE para implementar as decisões da Carta – reunião dos Chefes de Estado, Secretariado Permanente (sediado em Praga), Conselho de Chanceleres, o Centro de Prevenção de Conflitos (com sede em Viena), Agência para Eleições Livres (sede em Varsóvia).

Mantém os dez princípios estabelecidos na Ata de Helsinque (ver nota 15) mas vai além dessa quando considera que um dos objetivos básicos da Carta é a adoção da democracia pluralista como sistema de governo.

17. A eficácia do emprego de sanções é posta em dúvida por muitos analistas; para eles, as sanções econômicas dos Estados Unidos contra Cuba e o Iraque ajudam a manter no poder Fidel Castro e Saddam Hussein, respectivamente. Compartilho desse ponto de vista e julgo que as sanções, na maior parte das vezes, não contribuem para a solução do problema. A violência do ataque à Sérvia pode ajudar Milosevich a se manter no poder.

18. *National Security Strategy of the United States*, The White House, August 1991.

19. Durante a Guerra Fria, por inspiração dos Estados Unidos foi criado o Comitê de Coordenação dos Controles Multilaterais de Exportação – “Coordinating Committee on Multilateral Export Controls (COCOM)” – cujo objetivo principal era controlar as exportações para os países que compunham a União Soviética ou países ligados a ela, para evitar que tecnologias importantes pudessem chegar à União Soviética. Com a dissolução da URSS, o COCOM teve o seu objetivo ampliado de modo a controlar a exportação de quaisquer itens sensíveis para qualquer país não-confiável, especialmente países subdesenvolvidos.

Ao expirar a vigência do COCOM, em 1994, foi necessário substituí-lo por um novo instrumento: em dezembro de 1995, em Wassenaar, Países Baixos, foi assinado o Acordo de Wassenaar, com o mesmo propósito que o COCOM (o Acordo conta, inclusive, com a Rússia como um dos membros fundadores, o que, indubitavelmente, caracteriza a modificação do seu objetivo inicial).

20. Ver *A Defesa na Era da Esperança*, William J. Perry, in *Foreign Affairs*, ed. brasileira, n° 2, novembro de 1996. À época, Perry era o Secretário de Defesa dos Estados Unidos.
21. Para mais detalhes ver *Apontamentos Sobre Estratégia Naval II – A Estratégia Naval dos Estados Unidos Durante e Após a Guerra Fria*, A. Vidigal, 4º trim/99, pág. 63 *Revista Marítima Brasileira*.
22. A região foi cedida em 1954 à Ucrânia por Nikita Krushev, e agora a sua volta é reclamada pela Rússia.
23. A grande percentagem de russos na população de Estônia e Letônia (30,3 e 34,2%, respectivamente) explica em parte a pressão da Rússia sobre estes países. Já na Lituânia o percentual é bem menor (8%). São elevados os percentuais de russos também na Ucrânia (21%), na Quirguízia (21,5%) e no Cazaquistão (37,8%) e um pouco menos na Bielorrússia (13%) e na Moldova (13%); nesta última, porém, há uma forte presença de ucranianos (13,9%). Todos os dados são do censo de 1990.
24. Atualmente 15 países fazem parte da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Luxemburgo, Portugal e Suécia.
25. Os países-membros da AELC são Islândia, Lichtenstein, Noruega e Suíça.
26. Os três estados bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia; os seis países do antigo bloco soviético – Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Bulgária e Roménia; a Eslovénia (parte da antiga Iugoslávia). Além desses países, também solicitaram o ingresso na UE Chipre e Malta.
27. *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Yearbook 1998*, Oxford University Press, New York, 1998, 638p. Ver Glossary p. XXVIII.
28. Os países-membros são Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido. A Islândia, a Noruega e a Turquia são membros associados e a Bulgária, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estônia, a Hungria, a Letônia, a Lituânia, a Polónia, a República Checa e a Roménia são parceiros associados. Há, ainda, países observadores: Áustria, Dinamarca, Finlândia, Irlanda e Suécia.
29. Alemanha, Bélgica, França e Holanda são a favor de uma maior independência enquanto Itália, Portugal e Reino Unido não desejam a total desvinculação com a OTAN.
30. Áustria, Finlândia, Irlanda e Suécia.
31. *UE quer proteger sua indústria armamentista*, *Gazeta Mercantil*, de 25/01/96.
32. *Europe towards new security arrangements*, Adam Daniel Rotfeld, in *SIPRI Yearbook 1996*, p. 279-321, Oxford University Press, New York, 1996, 830 p.
33. *A minimização da OTAN*, Michael E. Brown, in *Foreign Affairs*, p. 17-22, ed. brasileira, n° 33, junho de 99, anexo à *Gazeta Mercantil* de 11/06/99.
34. *Armed conflict prevention, management and resolution*, Trevor Findlay, in *SIPRI Yearbook 1998*, p. 31-74, Oxford University Press, New York, 1998, 638 p.
35. *A Europa e o Contexto Estratégico Naval para o Século XXI*, Antônio M. Quesada Andrade (V.-Alte.), conferência pronunciada na Escola de Guerra Naval (EGN) do Brasil, em 1994. À época, o Alte. Quesada era diretor da Escola congênere de Portugal.

36. O Conselho de Cooperação Norte-Atlântico foi criado em 1991 como uma instituição da OTAN voltada para a cooperação em assuntos políticos e de segurança entre a OTAN e os países que haviam sido membros do Pacto de Varsóvia e da ex-União Soviética.
37. Em 1995, a CSCE foi transformada em OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Compreende um sem-número de escritórios, foros, conselhos, etc. Ver *SIPRI Yearbook 1996*, Glossary, pág. XXVIII.
38. *Europe towards new security arrangements*. Ver nota 29.
39. *Europe: the transition to include security*, Adam Daniel Rotfeld, in *SIPRI Yearbook 1998*, p. 141-182. Ver nota 31.
40. Ibidem
41. Ibidem
42. Citado em *Europe: the institutionalized security process*, Adam Daniel Rotfeld, in *SIPRI Yearbook 1999*, p. 234-262, Oxford University Press, New York, 1999, 772 p.
43. Ibidem
44. Brown, op. cit.
45. *A maximização da OTAN*, Robert E. Hunter, in *Foreign Affairs*, p. 23-9, ed. brasileira, nº 33, junho de 1999, anexo à *Gazeta Mercantil*, de 11/06/99.
46. *UE defende defesa conjunta*, *Jornal do Brasil*, de 29/02/2000.
47. *Jornal do Brasil*, de 17/02/2000.
48. Ibidem

O poder é o conceito fundamental
das ciências sociais, assim como a energia
é o conceito fundamental da física.

Bertrand Russell
(Monitor Mercantil 23/2/00)

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA



O SDM, órgão com atribuição de estudar, pesquisar e divulgar a História Marítima Brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil, foi criado em 1943 e reúne sete departamentos distribuídos em cinco prédios históricos:

- Sede Ilha das Cobras onde funcionam os Departamentos de Arquivos, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;
- Sede Dom Manuel (Praça XV), onde fica o Museu Naval e Oceanográfico;
- Espaço Cultural da Marinha, onde estão atracados o Navio-Museu *Bauru*, o Submarino-Museu *Riachuelo* e o Rebocador-Museu *Laurindo Pitta*;
- Sede Mayrink Veiga, onde pode ser visitada a Biblioteca da Marinha; e
- A Ilha Fiscal.